

História do negro brasileiro*

de Clóvis Moura

O trabalhador negro-escravizado e as formas assumidas pela luta de classes no Brasil: do escravismo ao capitalismo dependente

The enslaved black worker and the forms assumed by the class struggle in Brazil: from slavery to dependent capitalism

por Henrique Roberto Figueiredo**

Esta reedição de *História do Negro Brasileiro* - livro de Clóvis Moura que condensa uma agenda de pesquisa de três décadas sobre a história do negro no Brasil - vem a público com o *Prefácio* de Petrônio Domingues e *Posfácio* de Ynaê Lopes dos Santos. Os autores, professores de História em universidades públicas brasileiras, possuem o mérito de dimensionar não apenas a relevância do livro para a historiografia sobre a escravidão no Brasil, como também de sistematizar as inovações na abordagem deste historiador, sociólogo, jornalista, poeta, comunista e intelectual negro que foi o piauiense Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003).

Se, por um lado, Petrônio Domingues reivindica Clóvis Moura enquanto um intérprete do Brasil capaz de: 1) visualizar negros e negras não como objetos, mas como sujeitos históricos, tanto em âmbito específico como em âmbito nacional; 2) formular o conceito de “quilombagem”, cujo cerne é o quilombo, para explicar as várias formas de luta e resistência assumidas pela população negra escravizada contra o escravismo, incluindo aí o bandoleirismo ou as manifestações culturais e simbólicas; 3) apreender o processo de Abolição da escravidão (sem reformas ou modificações estruturais), analisando os impactos sobre a população negra nas décadas seguintes, como a marginalização; e 4) ater-se ao sentido cultural da resistência sem deixar de pontuar a subjugação à qual a população negra foi submetida (Domingues, 2023, p. 14-22). Por outro, Ynaê Lopes dos Santos ressalta este livro como um itinerário de pesquisa e de “história a contrapelo”, “sem meias palavras ou floreios” nos legado por Clóvis Moura, a respeito de como negros e negras *trabalharam* para construir o Brasil (Santos, 2023, p. 125-129).

* São Paulo: Dandara, 2023.

** Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, Brasil. Professor de História do Brasil e educador popular no Cursinho Popular Vito Giannotti. End. eletrônico: hrfigueiredo2016@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2675-6370>

No bojo das atuais discussões sobre racismo estrutural, capitalismo racial e marxismo negro, compreender as condições da população negra no país, instiga os intelectuais críticos a revisitarem controvérsias historiográficas, afim de elaborar satisfatórias respostas ou, pelo menos, complexificá-las, na busca de soluções para os problemas mais candentes da formação econômico-social do Brasil.

O livro *História do negro brasileiro*, publicado pela primeira vez em 1989, e reeditado em 2023, configura uma das várias contribuições de Clóvis Moura para uma interpretação da formação econômico-social do Brasil que escrutina a participação e contribuição da população negra para a construção da nação. Essa interpretação lança luz à atuação dos escravizados frente ao escravismo, entendendo-a como fator dinâmico do sistema, bem como para as formas de resistência da população negra, no pós Abolição (1888), frente a opressão e a exploração do capitalismo dependente. Em outras palavras, qualifica a visão geral das lutas de classes no Brasil.

No primeiro capítulo, intitulado “O grande povoador”, o autor demonstra como no “sistema escravista” implantado no Brasil Colônia, através de um “tipo de agroindústria” da cana-de-açúcar, ao se espalhar e dinamizar pelo território, requisitava-se mais ou menos a força de trabalho escravizada do negro. Por exemplo: “Para a concessão de sesmarias exigia-se a posse de escravos” (Moura, 2023, p. 27). Isso o leva a reconsiderar os dados a respeito da entrada de escravizados negros no Brasil, utilizados por historiadores que o precederam. E por isto, chega a conclusão de que: “há sempre uma tendência de se diminuir esse número, em parte por falta de estatísticas e também porque muitos historiadores procuram *branquear* a nossa população” (Moura, 2023, p. 28).

Na contramão dessa “historiografia branqueadora”, a partir dos dados extraídos de Renato Mendonça, em *A influência africana no português do Brasil*, Moura afirma que cerca de 40% de toda a população negra forçosamente retirada da África foi destinada ao Brasil. Além disso, a partir de outros dados, extraídos de Artur Ramos, em *Introdução à antropologia brasileira*, que sistematizam a população nas províncias (entre livres e escravizados) no ano de 1819, demonstra que a população negra esteve presente em todas as regiões, sendo a grande povoadora no território nacional, dinamizando-o demograficamente.

Com isto, Clóvis Moura encara, sem deixar explícito, a gama de historiadores paulistas promotores de uma historiografia que ressaltou o papel das Bandeiras e dos bandeirantes como grandes povoadores do território nacional e, em função disto, de São Paulo como propagador do desenvolvimento e da civilização do Brasil. Essa interpretação, que foi fundamental para apropriação e uso do passado como legitimador político do período republicano, havia sido encampada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro de São Paulo (IHGBSP), fundado em 1894 e que

teve como um dos seus principais sintetizadores, Afonso d'Escragolle Taunay (1876-1958)¹.

Já em uma leitura mais estrutural da economia na Colônia, para Clóvis Moura:

A produção de uma economia colonial, e por isto destinada a um mercado externo cada vez maior, era fruto desse trabalho negro-escravo. E essa economia, que passa pela produção açucareira, pela mineração, produtos tropicais e termina na fase do café, é feita pelo negro. No entanto, esse fato não contribui em nada para que ele consiga um mínimo dessa renda em proveito próprio. Pelo contrário. Toda essa produção é enviada para o exterior, e os senhores de escravos ficam com todo o lucro da exportação e comercialização. (Moura, 2023, p. 31).

Essa leitura da economia política da escravidão no Brasil Colônia se assemelha às principais teses de Caio Prado Júnior (1907-1990) a respeito do “sentido da colonização” (Prado Júnior, 2011). Mas, ao contrário de algumas interpretações sobre a produção pradiana, o autor piauiense logra observar a dinâmica do mercado externo como impulsionadora da produção escravista no Brasil sem enfatizar, contudo, a ausência de um mercado interno como resposta a esse problema. É observado, por outro lado, a contradição entre quem trabalha e produz, isto é, o negro escravizado, contra quem se apropria da produção, os senhores de engenho e comerciantes europeus. Em outras palavras, Moura leva em conta também a apropriação feita pela classe dominante do Brasil, não apenas a do exterior, e monta o núcleo da contradição de classes nessa fase da economia colonial entre exploradores e explorados, não entre economia colonial e economia nacional.

Cabe ressaltar ainda que o autor se atém para a condição da população escravizada neste quadro: “sendo considerada igual aos animais e assim tratada” (Moura, 2023, p. 32). Com as sucessivas mudanças de vulto econômico nas regiões, essa população era transferida, acompanhando as necessidades de organização social e de força de trabalho sendo de uma lado semeadora de cidades e de outro, resistindo ao escravismo, formando núcleos quilombolas espalhados, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul.

Já no segundo capítulo, intitulado “O negro escravo no Brasil Colônia”, encara-se de frente a historiografia e sociologia não apenas do IHGB, como se vê em Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Oliveira Vianna (1883-1951), mas também, matizada por Gilberto Freyre (1900-1987). Suas principais concepções difundidas sobre a colonização portuguesa ser mais branda que as demais colonizações europeias, mais integrada e aberta à miscigenação ou mesmo aquelas que difundiam que a vida do escravizado no Brasil era melhor do que em colônias

¹ Para mais informações, consultar Roiz et al. (2018).

no Caribe e na América do Norte são contrapostas por dados sistematizados e pela análise de Clóvis Moura.

O autor analisa o auge da exportação de açúcar para o mercado internacional e as conseqüentes condições de trabalho daqueles que produziam essa mercadoria em volume suficiente para gerar lucro para a “classe senhorial”. Em primeiro lugar, traz à tona depoimentos do jesuíta André João Antonil (1649-1716) e de Luís dos Santos Vilhena (1744-1814) que, na condição de cronistas observadores, descrevem como os escravizados eram comumente tratados: “pão, pau e pano”, segundo apreendeu de ditados populares.

Além desses depoimentos, municia-se das análises de Ademar Vidal e Arthur Ramos, para sistematizar os instrumentos de coerção, castigo, captura e suplício utilizados pelos senhores de engenho e capitães do mato contra os escravizados negligentes, rebeldes e fugitivos: correntes, gargalheira, vira-mundo, algemas, máscaras, entre outros, formavam o arsenal de tortura da classe dominante. De um lado o tronco representava as formas de Justiça privada, feitas individualmente por cada senhor de engenho. De outro, o pelourinho representava o espaço próprio para a Justiça pública.

Embora a economia fosse produtora de gêneros tropicais voltados para o mercado externo, sua divisão social do trabalho no seio do engenho de açúcar já se fazia com certa estratificação e dela participavam em todos os níveis, os escravizados na condição de semoventes. Além de trabalharem no eito em maior quantidade e na casa-grande em menor quantidade, participavam dos ofícios mais técnicos necessários à moenda da cana-de-açúcar, à carpintaria, às caldeiras, entre outros, que faziam parte de todo o processo produtivo. Moura chega mesmo a afirmar, exageradamente, que: “Neste mundo economicamente fechado, durante o Brasil-Colônia somente quem trabalhava era o negro escravo.” (Moura, 2023, p. 41). Mas, reside aí um problema, aliás, um dos principais problemas da obra do autor: a pouca atenção para o trabalho escravizado de indígenas. Todavia, acertadamente indica que o trabalho dos negros-escravizados ergueu o Brasil, ao mesmo tempo em que foi submetido a um controle social terrorista e que constantemente se rebelava e fugia, na tentativa de recuperar sua condição humana.

Dessa maneira, pode-se afirmar que nos dois primeiros capítulos, Moura se encarrega de, aos moldes da crítica marxista, expor as falhas internas de duas grandes concepções historiográficas e, a partir daí, delimita um quadro da economia política da escravidão no Brasil Colônia para compreender a contribuição dos escravizados negros e negras (através do trabalho, da quilombagem e das resistências culturais) na construção do Brasil Colônia. Essa apreensão será o fio condutor de sua análise nos capítulos seguintes, como veremos.

No terceiro capítulo, intitulado “A quilombagem como agente de mudança social”, Moura descreve que compreende por “quilombagem”: “[...] o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos, que se

verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional.” (Moura, 2023, p. 46). Seu movimento causou desgaste e onerou a produção escravista, influenciando na crise da escravidão. Embora o seu cerne fosse constituído pelo quilombo, outras manifestações de rebeldia se somavam a ele e constituíam a “quilombagem”, entre elas o bandoleirismo e as insurreições. Todas, potencializando o protesto racial e social, como forma de dar corpo a principal contradição do “sistema de produção escravista”, a luta entre senhores e escravizados.

O quilombo, ademais, era o centro da população marginalizada da colônia, ali conviviam negros fugidos, livres, pardos, brancos pobres, prostitutas, entre outros. Ali esta população “se recompunha socialmente” (Moura, 2023, p. 48). Para completar a análise, o autor levanta alguns dos principais quilombos em cada província do Brasil colônia e império, citando as fontes consultadas para a respectiva sistematização (p. 49-56). E, para fechar o capítulo, relata que as fugas de escravizados para o Oeste, em regiões fronteiriças, engastar as relações internacionais do Brasil (já no Império) com disputas e rugas com as recém formadas nações vizinhas, onde a escravidão já havia sido abolida.

No quarto capítulo, com o título “A variável cultural”, argumenta-se que além de povoador e trabalhador, a contribuição do negro para a construção do Brasil deu-se também em termos culturais, “o *ethos* fundamental da cultura brasileira”. O monopólio cultural, religioso e simbólico da Igreja Católica durante o escravismo produziu uma desarticulação da cultura, religiosidade e simbologia africana por meio da catequese, da coerção. Segundo Moura, constituiu-se a partir de então, um sincretismo unilateral, pois a Igreja não era permeada da cultura africana, como a cultura africana foi permeada e desarticulada por ela.

Contudo, esse movimento consistiu também em uma “cultura de resistência”. Os escravizados negros produziram formas sutis de camuflar sua própria cultura de modo que ela pudesse resistir ou se resguardar frente a penetração do catolicismo. Ou seja, esse “sincretismo” foi ao mesmo tempo, mecanismo de defesa dos negros. Com o advento da Abolição (1888) e do capitalismo dependente, aquilo que antes era manifestação autenticamente popular de resistência ideológica-cultural ao escravismo e que havia sido recuperada pela população negra como forma de resistir simbolicamente à marginalização, tornou-se institucional, perdendo a especificidade de protesto, submetendo-se às instituições controladoras do capitalismo.

Outrossim, no quinto capítulo, cujo título é “O negro e sua participação política”, Moura consolida sua interpretação da atuação do negro-escravizado na história do Brasil enfrentando aquelas concepções que negavam sua atividade em movimentos mais organizados. Essa interpretação parte da leitura feita de *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior (1933) e, neste sentido, pode ser considerada seu aprimoramento crítico já que desenvolve com maior estudo as participações dos

negros livres e escravizados nos movimentos políticos dos séculos XVIII e XIX.² Moura sistematiza a participação nas Invasões Holandesas (1624-1654), na Inconfidência Mineira (1789), Revolta dos Alfaiates (1798), Independência (1822), Revolução Farroupilha (1835-1845). Sempre ponderando quais foram as ações tomadas pela população negra, a qual lado se aliaram, quando souberam ou não tensionar os movimentos políticos inaugurados pelas classes dominantes regionais para abolir a escravidão, quando foram “massa de manobra” ou mesmo, quando aproveitaram o caos para se embrenhar na floresta, adensar ou formar quilombos. A Independência, entretanto, embora tenha tido a contribuição dos negros nos movimentos que a antecederam, foi produzida como um acordo entre as classes dominantes, impedindo que a estrutura econômica se transformasse definitivamente extinguindo a escravidão.

Os terceiro, quarto e quinto capítulo conjuntamente formam uma análise da consciência social e consciência crítica dos negros escravizados durante a escravidão colonial. Mas, além disso, estruturam uma tipologia da luta e resistência dos escravizados contra a escravidão, esmiuçando sua atuação na “quilombagem”, a “resistência cultural” e a “participação em movimentos políticos”.

No sexto capítulo, intitulado, “A decadência da escravidão e a crise do sistema”, novamente uma análise de economia política é produzida, pois, em movimento, a economia colonial passa por conturbações no século XIX, modificando-se, exige novas formas de consciência social e atuação política das classes em luta. Basilar para a interpretação da atuação, no seio da luta de classes, dos escravizados e escravizadas, Moura explica como a partir de 1850, com a proibição do tráfico de escravizados, a população negra no Brasil passa a decrescer. Se antes, da região litorânea Nordeste a população escravizada havia sido deslocada para a região de Minas Gerais, com a descoberta do ouro em fins do século XVII, agora, é a produção de café no Sudeste que exigirá esse deslocamento, fundando um tráfico interno de escravizados. O aumento do preço dos escravizados em decorrência da proibição do tráfico se somava com o aumento da produção do café e de sua demanda no mercado externo. Isso fez com que o cafeicultor passasse a proteger sua mercadoria para não onerar a produção e ao mesmo tempo buscasse novas fontes de força de trabalho.

Esse movimento necessário à economia do café misturou-se com o preconceito das classes dominantes no Brasil, que foi procurar na Europa, trabalhadores considerados brancos e, por isso, considerados mais capazes ou superiores, para compor essa força de trabalho, a pretexto de civilizar o Brasil. Essas políticas imigrantistas foram, simultaneamente, políticas de embranquecimento do Brasil. A partir de 1871, quando a contradição entre trabalho escravizado e trabalho assalariado pulsava, surge o movimento abolicionista. É ele quem passa a organizar -

² Cf. capítulos 11, 12 e 13 de Prado Júnior (1971).

através da via parlamentar, composto majoritariamente por intelectuais brancos - a reivindicação da liberdade para os escravizados. A Abolição, não obstante, viria sem nenhuma reforma que modificasse a realidade social do negro. E, por sua vez, o racismo se reconfigurava, agora como ideologia promotora de um mecanismo de bargem e marginalização.

Por fim, no sétimo capítulo, intitulado “Em busca da cidadania”, Clóvis Moura reconstitui o surgimento de manifestações da população negra recém egressa da escravidão, analisando suas orientações políticas, seus alcances e limitações até as formas de luta e resistência contemporâneas ao momento em que escreve, isto é, 1989. A primeira delas, a Guarda Negra, configurou-se como um movimento monárquico, de idolatria à figura da Princesa Isabel como libertadora benevolente, o movimento liderado por José do Patrocínio (1853-1905), consistiu em um movimento reacionário, que dissolveu, mesmo na base da violência, comícios e organizações republicanas, não logrando, portanto, exigir-lhes uma programa radical que desse continuidade a Abolição, garantindo reformas estruturais à sociedade brasileira.

Outros movimentos são analisados, tais como a Revolta da Chibata (1910), que protestou contra o uso da violência como castigo aos marinheiros, especialmente negros. Liderada pelo marinheiro do navio Minas Gerais, João Cândido (1880-1969), logrou extinguir o castigo físico na Marinha, mas o acordo estabelecido com o Governo Republicano foi traído, culminando na perseguição e morte da maioria dos revoltosos. A Imprensa Negra Paulista é outra manifestação analisada no capítulo. Iniciada em 1915 com o jornal Menelick terá inúmeras outras produções como O Alinete, O Getulino, O Clarim da Alvorada, Correio d'Ébano, entre outros, produzidos por e para negros, até o ano de 1963. Funcionou como organizador cultural da população negra e, embora, denunciasses casos de racismo, não tinham, de modo geral, posicionamentos políticos a respeito de lutas mais amplas, como as lutas operárias ou manifestações contra os governos.

Além dessas organizações e movimentos, Moura investiga o surgimento da Frente Negra Brasileira (1931-1938), do Teatro Experimental do Negro, do Teatro do Povo (1945), todos como manifestações culturais em disputa política entre fascistas e comunistas no seio da Guerra-Fria. Essas análises contribuem para evidenciar que as organizações da população negra no Brasil puderam, em muitos casos, estreitar laços com concepções e movimentos reacionários. Isso, por sua vez, complexifica o entendimento histórico da luta antirracista no país. O autor chega, enfim, à construção do Movimento Negro Unificado (MNU), que surgia no calor das lutas por democratização da sociedade brasileira em 1978, em São Paulo. A conjuntura propiciou certa unidade de movimentos antirracistas no Brasil. Clóvis Moura não viveu para presenciar a continuidade, muito em função desse histórico de lutas da população negra, de movimentos que passaram a se reivindicar antirracistas no século XXI. Faleceu em 2003.

O livro *História do negro brasileiro* foi produzido no contexto de amplas discussões no Centenário da Abolição da escravidão no Brasil (1988), embora tenha sido publicado apenas no ano seguinte. Porém, seu conteúdo corresponde também ao itinerário de pesquisa inaugurado por Moura em 1949, no interior da Bahia, quando jovem. O itinerário do jovem intelectual comunista, colocou na ordem do dia investigar a cultura e a ação política dos escravizados negros no Brasil. Se consolidou com a publicação de *Rebeliões da Senzala* (1959), teve inaugurada as discussões sobre a transição do trabalho escravizado para o assalariado em *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* (1977) e teve como o presente livro uma primeira síntese, pois sua envergadura teórica alçaria, anos mais tarde novos vôos. Assim, seguir os passos legados por Clóvis Moura, em *História do negro brasileiro*, torna-se ponto chave de discussão e interlocução daquelas e daqueles interessados em desvendar e transformar a teia de relações sociais na qual está imbricada o racismo e a exploração de classe.

Referências

- DOMINGUES, Petrônio. Clóvis Moura: um intérprete do Brasil. In: MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Dandara, 2023, p. 14-22.
- MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Dandara, 2023.
- _____. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- _____. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. Entrevista de Fernando Novais; posfácio de Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- ROIZ, Diogo da Silva; ARAKAKI, Suzana; ZIMMERMAN, Tânia Regina (Orgs.). *Os bandeirantes e a historiografia brasileira: questões e debates contemporâneos*. Serra-ES: Editora Milfontes, 2018.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. Um ifá da historiografia brasileira. In: MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Dandara, 2023, p. 125-129.